

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 465-E, DE 1999

SUBSTITUTIVO DO SENADO
FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 465-D,
DE 1999, que “Acrescenta inciso ao artigo
20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990”.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado PEDRO WILSON

I – RELATÓRIO

Trata-se de Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 465-D, de 1999, *que “acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990”*.

O projeto original, de iniciativa do Deputado Geraldo Magela, foi apresentado, na Câmara dos Deputados, em 30 de março de 1999, com o objetivo de alterar o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que *“dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências”*. Este artigo trata das diversas possibilidades de movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS. Nesse conjunto, o projeto propunha a inclusão do *pagamento do preço da aquisição de lote de uso residencial*, desde que o trabalhador não possuísse outro imóvel e que os recursos a serem retirados não ultrapassassem oitenta por cento do valor do lote.

A matéria foi aprovada nas diversas Comissões da Câmara, tendo recebido emenda na Comissão de Finanças e Tributação, acrescentando a caracterização dos lotes como populares, delimitando a área de cada lote em até duzentos e cinquenta metros quadrados e a sua

localização em parcelamento urbano devidamente aprovado pelo Poder Público local.

A proposição foi enviada ao Senado Federal em 5 de abril de 2002. Dessa Casa Legislativa, retorna com um Substitutivo que, mantendo a matéria original sobre movimentação da conta do trabalhador para o pagamento de lote popular, de uso residencial, acrescenta o requisito de três anos de trabalho, sob o regime do FGTS, do titular da conta. Além disso, admite a movimentação também para a amortização de parcelas de financiamento estudantil e para quitação de prestações atrasadas de financiamento habitacional. Foi também incluído um novo parágrafo atribuindo ao Conselho Curador a gestão das novas movimentações de saque do FGTS.

Se a proposição original tratava de matéria alheia a esta Comissão, tal não se dá com o Substitutivo encaminhado pelo Senado Federal, que incluiu, dentre as situações de utilização do FGTS, a amortização de parcelas vencidas ou vincendas de empréstimo concedido ao trabalhador ou a seus filhos, dependentes, de até 24 anos de idade, pelo Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, limitada a setenta por cento do valor de cada parcela e ao saque total de no máximo trinta por cento do saldo da respectiva conta vinculada.

II – VOTO DO RELATOR

Esta matéria é recorrente nesta Comissão de mérito. O Projeto de Lei nº 2.312, de 2000, de autoria do Deputado Ricardo Noronha, que *“acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre a permissão de saque pelo trabalhador na conta do FGTS para pagamento da anuidade escolar”*, com 28 projetos apensados, encontra-se em tramitação na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, e foi rejeitado, por unanimidade, em 24 de setembro de 2003, nesta Comissão de Educação e Cultura. A metade dos projetos apensados trata do uso do FGTS para amortização dos débitos com o FIES. O parecer do Deputado Gilmar Machado destacou que, embora meritória a iniciativa, *“pois certamente a escassez de recursos foi a razão que levou o ilustre Autor a buscar novas*

alternativas, analisada no contexto econômico-educacional não atinge o objetivo a que se propôs de pagar as mensalidades escolares do trabalhador ou de seus dependentes". Os cálculos apresentados pelo Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, à época representante do Conselho Curador do FGTS, quando compareceu a esta Comissão, em audiência pública, em uma simulação de pagamento de mensalidade escolar com o saque do FGTS, comprovaram a possibilidade de uma sangria de 52% dos recursos do Fundo e risco de que, no prazo de 78 meses, o Fundo deixasse de existir. À proposição em questão e aos seus apensados foi oferecido, em junho do corrente ano, parecer pela sua rejeição, ainda não votado, no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em 20 de junho de 2007, esta Comissão aprovou, por unanimidade, o parecer e o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.701, de 2006, oferecido pelo Relator, Deputado Rogério Marinho. Esta proposição foi transformada em norma jurídica, a Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007. A lei sancionada introduziu profundas modificações na Lei do FIES. A sanção, porém, se fez com dois vetos do Presidente da República. Um deles incidiu sobre o dispositivo que permitia a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de financiamento do FIES pelo estudante financiado titular da conta.

O Poder Executivo apresentou as seguintes razões para o veto:

"Atualmente o FGTS representa a maior fonte de recursos para a habitação popular, tendo se consolidado no seio da sociedade como um efetivo patrimônio do trabalhador. Seus recursos têm sido alocados para projetos de desenvolvimento urbano (habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana), que beneficiam, prioritariamente, a população com rendimentos de até três salários-mínimos.

A segurança das diretrizes de políticas públicas atinentes à utilização dos recursos do FGTS tem sido assegurada pelo Governo Federal, que emprega todo o cuidado nas decisões que possam afetar as contas vinculadas e/ou o funding que tais recursos representam para o desenvolvimento urbano.

A previsão de utilização dos mencionados recursos, para efeito de pagamento de financiamento do Fies, poderia acarretar descapitalização do FGTS e contrapor as diretrizes de políticas públicas que se apoiam nessa fonte de financiamento, inclusive as de médio e longo prazos. Simulações realizadas no âmbito do Conselho Curador desse Fundo, como subsídio a exames de propostas que tramitam no Congresso Nacional, com

finalidade similar, considerando valores médios de mensalidades do ensino superior e de renda dos trabalhadores, indicam que o volume de saques poderia causar grave descapitalização de seu patrimônio, colocando em risco os compromissos assumidos com os próprios trabalhadores.

A proposta não é recomendável, por ensejar descapitalização do FGTS, sem indicativo de substituição para os recursos hoje direcionados ao desenvolvimento urbano, como também para aqueles necessários ao cumprimento das obrigações imediatas do Fundo.”

Cabe ainda mencionar que, ao apreciar novas e relevantes alterações na legislação relativa ao FIES, a Câmara dos Deputados, mais uma vez, não se manifestou favoravelmente à possibilidade de uso dos recursos da conta do FGTS para amortização de financiamento estudantil. Com efeito, ao aprovar, em 15 de setembro do corrente ano, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.881, de 2009, e a cinco de seus apensos, o Plenário não acatou a parte do projeto de lei nº 5.628, de 2009, e a emenda nº 23 ao projeto de lei nº 5.413, de 2009, que tratavam desse assunto.

Considerando as posições reiteradamente assumidas por esta Casa com relação à matéria e tendo em vista a consistente argumentação apresentada durante as discussões mantidas nos últimos anos, não cabe agora aprovar a possibilidade de movimentação da conta vinculada do FGTS para essa finalidade.

As demais alterações propostas pelo Substitutivo do Senado Federal fogem à avaliação desta Comissão quanto ao mérito. Apreciando apenas a matéria referente à educação, voto pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 465-E, de 1999, com a emenda supressiva anexa.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado PEDRO WILSON
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 465-E, DE 1999

SUBSTITUTIVO DO SENADO
FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 465-D,
DE 1999, que “Acrescenta inciso ao artigo
20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990”.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se, no art. 1º do projeto, o inciso XVIII e a referência a esse inciso no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado PEDRO WILSON